



ACÓRDÃO Nº673/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11485/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Policlínica – PAM/Codajás.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Shaira Castro do Vale (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8069/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Policlínica – PAM/Codajás. Exercício de 2018.

*Revelia. Irregularidade. Multa. Alcance.
Determinação. Notificação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Considerar revel a Sra. Shaira Castro do Vale responsável pela Policlínica PAM Codajás, Diretora-Geral e Ordenador de Despesas no período de 01/01/18 a 31/12/2018, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº. 2.423/96-LOTCE/AM.

10.2. Julgar irregular a Prestação de Contas do Sra. Shaira Castro do Vale, exercício de 2018, responsável pela **Policlínica PAM Codajás**, Diretora-Geral e Ordenadora de Despesas, conforme dispõe o art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM, em razão das impropriedades 13.1 a 13.08 elencadas na Notificação nº 128/2019-DICAD não sanadas.

10.3. Aplicar Multa a Sra. Shaira Castro do Vale no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), em razão de ato praticado com grave infração à norma legal, nos termos do art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM c/c art. 54, VI, da Lei nº 2423/96-LOTCE/AM, pelas impropriedades 13.1, 13.2, 13.3, 13.4, 13.5, 13.6 e 13.7 não sanadas, que deverá ser recolhida **no prazo de 60 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio



ACÓRDÃO Nº673/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Aplicar Multa a Sra. Shaira Castro do Vale no valor de R\$15.361,20 (quinze mil, trezentos e sessenta e um reais e vinte centavos), nos termos do Art. 308, inciso I, alínea "a", da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM c/c Art. 54, inciso I, alínea "a", da Lei nº 2423/96-LOTCE/AM, em razão dos balancetes referentes aos meses de janeiro/18, fevereiro/18, março/18, maio/18 e agosto a dezembro/18, entregues fora do prazo, que deverá ser recolhida **no prazo de 60 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.5. Considerar em Alcance a Sra. Shaira Castro do Vale no valor de R\$2.553.276,06 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, duzentos e setenta e seis reais e seis centavos), em razão da não comprovação do item 13.2 do Relatório Conclusivo nº 128/2019-DICAD, nos termos do art. 304, IV da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Policlínica – PAM/Codajás por descumprimento de/pelas improbidades apontadas, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM", com a devida comprovação perante esta Corte de Contas (art.72, III, "a", da Lei nº 2423/96) e com as devidas atualizações monetárias (art.55, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM).

10.6. Determinar à Policlínica PAM Codajás, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCEAM:

a) Que observe com mais rigor a legislação vigente no que toca à



ACÓRDÃO Nº673/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

exigência de processo licitatório, nos termos dos arts. 2º, 24, 25 e 26, da Lei Federal n. 8.666/93;

b) Que observe com mais rigor os lançamentos efetuados, a fim de evitar divergência nas informações prestadas;

c) Que observe com mais rigor a necessidade de assinatura de um profissional habilitado nos demonstrativos contábeis;

d) Que adote um sistemático planejamento de suas compras, evitando o desnecessário racionamento na aquisição de produtos da mesma natureza e possibilitando a utilização da correta modalidade de licitação, nos termos do art. 15, §7º, II, da Lei n.º 8.666/93, como também planejar adequadamente as aquisições e/ou contratações a fim de evitar o fracionamento de despesa;

e) Que observe com mais rigor os termos da Lei Federal n. 4.320/64.

f) Que faça um levantamento tanto dos bens móveis quanto dos materiais de consumo, e posteriormente, faça os ajustes e registros necessários para um melhor controle patrimonial.

10.7. Notificar a Sra. Shaira Castro do Vale com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para que tomem ciência do decisório.

10.8. Notificar o Ministério Público do Amazonas com cópia dos autos e da decisão para apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa, e adoção de providências cabíveis no que toca à persecução penal.

11- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 1 de Julho de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral